

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	172.145.172
Preferenciais	0
Total	172.145.172
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.641.364	1.333.606
1.01	Ativo Circulante	57.079	64.278
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.643	42.254
1.01.03	Contas a Receber	16.365	15.443
1.01.03.01	Clientes	16.360	14.588
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5	855
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	5	855
1.01.04	Estoques	821	346
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.183	4.173
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.183	4.173
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.911	1.948
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	156	114
1.01.08.03	Outros	156	114
1.02	Ativo Não Circulante	1.584.285	1.269.328
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.196	16.196
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.566	16.196
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	27.566	16.196
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	630	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	630	0
1.02.03	Imobilizado	2.461	9.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.461	9.210
1.02.04	Intangível	1.538.105	1.225.748
1.02.04.01	Intangíveis	1.538.105	1.225.748
1.02.05	Diferido	15.523	18.174

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.641.364	1.333.606
2.01	Passivo Circulante	191.722	116.178
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.519	6.247
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.519	6.247
2.01.02	Fornecedores	30.499	27.013
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.499	27.013
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.137	3.913
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.221	2.224
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.221	2.224
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.916	1.689
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.594	37.373
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.588	37.373
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.588	37.373
2.01.04.02	Debêntures	44.006	0
2.01.05	Outras Obrigações	37.208	41.174
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.263	19.704
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.513	8.904
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	13.750	10.800
2.01.05.02	Outros	21.945	21.470
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	7.675
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	18.210	9.283
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	996	947
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	107	226
2.01.05.02.07	Adiantamento de Seguros	2.632	3.339
2.01.06	Provisões	6.765	458
2.01.06.02	Outras Provisões	6.765	458
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	6.765	458
2.02	Passivo Não Circulante	1.023.548	873.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	756.219	632.375
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	756.219	591.986
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	756.219	591.986
2.02.01.02	Debêntures	0	40.389
2.02.02	Outras Obrigações	144.432	127.471
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	144.432	127.471
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	144.432	127.471
2.02.03	Tributos Diferidos	68.364	62.820
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.364	62.820
2.02.04	Provisões	54.533	50.948
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.093	1.417
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	779	248
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.314	1.169
2.02.04.02	Outras Provisões	51.440	49.531
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	49.375	41.549
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos	2.065	7.982
2.03	Patrimônio Líquido	426.094	343.814
2.03.01	Capital Social Realizado	268.785	197.110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	157.309	146.704
2.03.04.01	Reserva Legal	8.990	8.990
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	148.319	145.389
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	-7.675

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.247	515.155	117.784	364.896
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.569	-438.933	-86.841	-280.859
3.03	Resultado Bruto	25.678	76.222	30.943	84.037
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.995	-20.213	-4.982	-14.465
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.930	-19.911	-4.908	-14.270
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.518	-18.705	-4.687	-13.551
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-412	-1.206	-221	-719
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-65	-302	-74	-195
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.683	56.009	25.961	69.572
3.06	Resultado Financeiro	-13.779	-39.860	-11.315	-32.323
3.06.01	Receitas Financeiras	2.655	4.849	1.680	3.611
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.434	-44.709	-12.995	-35.934
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.904	16.149	14.646	37.249
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.049	-5.544	-4.947	-12.653
3.08.01	Corrente	0	0	0	3
3.08.02	Diferido	-2.049	-5.544	-4.947	-12.656
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.855	10.605	9.699	24.596
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.855	10.605	9.699	24.596
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02325	0,06684	0,12349	0,12349

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	3.855	10.605	9.699	24.596
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.855	10.605	9.699	24.596

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.232	73.031
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	93.593	85.773
6.01.01.01	Depreciações e amortizações	32.335	26.595
6.01.01.02	Baixa de ativos permanentes	820	0
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.544	12.656
6.01.01.04	Despesas de juros	29.102	25.191
6.01.01.05	Despesas de juros - partes relacionadas	12.144	8.189
6.01.01.06	Resultado financeiro - (reversão) constituição de ajuste a valor presente	1.912	1.465
6.01.01.07	Reversão de provisão para riscos civeis e trabalhistas, líquidas	5.432	567
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	6.304	11.111
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para investimento futuro	0	-1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.966	-37.338
6.01.02.01	Contas a receber	-922	-1.642
6.01.02.02	Estoques	-475	240
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.963	-1.318
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-766	-568
6.01.02.06	Outros ativos	-42	-116
6.01.02.08	Fornecedores	-6.254	-3.314
6.01.02.09	Passivos com partes relacionadas	-4.270	349
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	272	1.985
6.01.02.11	Obrigações fiscais	449	-6
6.01.02.13	Cauções contratuais	7.259	-211
6.01.02.15	Verba de fiscalização	49	49
6.01.02.16	Outras contas a pagar	-119	36
6.01.02.17	Juros pagos	-37.820	-32.723
6.01.02.18	Riscos civeis, trabalhistas e fiscais	-3.756	-99
6.01.02.19	Depósitos Judiciais	-608	0
6.01.03	Outros	10.605	24.596
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	10.605	24.596
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-329.802	-191.343
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-799	-6.045
6.02.02	Adições ao intangível	-318.685	-186.096
6.02.03	Aplicações Financeiras Restritas	-10.318	798
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	262.959	113.143
6.03.01	Captações	216.421	92.733
6.03.02	Pagamentos	-27.462	-19.590
6.03.03	Integralização de capital	64.000	40.000
6.03.04	Aumento de Mútuos	10.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.611	-5.169
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.254	53.098
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.643	47.929

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	71.675	0	0	0	0	71.675
5.04.01	Aumentos de Capital	64.000	0	0	0	0	64.000
5.04.06	Dividendos	7.675	0	0	0	0	7.675
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.605	0	10.605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.605	0	10.605
5.07	Saldos Finais	268.785	0	146.704	10.605	0	426.094

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135.768	0	122.062	0	0	257.830
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135.768	0	122.062	0	0	257.830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	51.342	0	0	0	0	51.342
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	11.342	0	0	0	0	51.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.596	0	24.596
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.596	0	24.596
5.07	Saldos Finais	187.110	0	122.062	24.596	0	333.768

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	532.522	382.364
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	197.554	200.246
7.01.02	Outras Receitas	1.727	1.167
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	333.241	180.951
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-405.488	-247.583
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.354	-12.997
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.623	-35.327
7.02.04	Outros	-348.511	-199.259
7.02.04.01	Custos Serviços Construção	-333.241	-180.951
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-6.304	-11.111
7.02.04.03	Outros Custos	-8.966	-7.197
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.034	134.781
7.04	Retenções	-32.335	-26.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.335	-26.595
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	94.699	108.186
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.533	9.710
7.06.02	Receitas Financeiras	4.849	3.611
7.06.03	Outros	9.684	6.099
7.06.03.01	Juros Capitalizados	9.684	6.099
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	109.232	117.896
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	109.232	117.896
7.08.01	Pessoal	21.559	21.326
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.011	16.870
7.08.01.02	Benefícios	3.510	3.385
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.038	1.071
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.675	29.941
7.08.02.01	Federais	12.915	20.071
7.08.02.03	Municipais	9.760	9.870
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.249	33.844
7.08.03.01	Juros	30.418	25.972
7.08.03.03	Outras	11.831	7.872
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	189	309
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados	9.684	6.099
7.08.03.03.03	Outras	1.958	1.464
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.605	24.596
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.605	24.596
7.08.05	Outros	12.144	8.189
7.08.05.01	Juros - Mutuos	12.144	8.189

Comentário do Desempenho



Registro, 05 de novembro de 2014 – A Autopista Régis Bittencourt S/A empresa do grupo arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014 (3T14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 3T14 o tráfego pedagiado foi de 37.177 mil veículos equivalentes. Em relação ao 3T13, houve uma redução no fluxo de veículos de 2,7%. O 3T14 apresentou um aumento do tráfego pedagiado de 4,1% em relação ao 2T14.

Receita Operacional Bruta

- No 3T14 a Autopista Régis Bittencourt S/A obteve uma receita bruta de R\$ 192,1 milhões. Em relação ao 3T13, houve um aumento da receita bruta em 55,2% devido ao aumento de 127,4% das receitas de obras, que acompanham o aumento do volume de obras, principalmente em consequência das obras na Serra do Cafezal, a qual foi registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, no momento em que a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado, ou seja, essa receita tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de mesmo valor, não impactando o EBITDA da Companhia. Em relação ao 2T14, houve uma redução da receita bruta em 0,8% decorrente principalmente pela redução das receitas de obras.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 3T14 aumentaram 88,5% em relação ao 3T13, em função do aumento em 127,4% dos custos dos serviços de construção, devido ao aumento do volume de obras e das despesas administrativas, oriundas do provisionamento de riscos cíveis. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia. Em relação ao 2T14 os custos e despesas reduziram 3,4% em função da redução nos custos dos serviços de construção e das despesas administrativas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado diminuíram 12,6% e 12% em relação ao 3T13 principalmente em função do aumento dos custos e despesas administrativas, onde está localizada a provisão efetuada referente às contingências regulatórias e redução da receita de pedágio. Em relação ao 2T14, o EBITDA e EBITDA Ajustado apresentaram aumento de 14,4% e 13,9% respectivamente.

Comentário do Desempenho



- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 3T14 apresentou aumento de 21,8% em relação ao 3T13 decorrente do aumento das despesas financeiras, devido principalmente aos juros das Debêntures emitidas no 4T13 e o aumento dos juros sobre os mútuos, resultado do aumento da taxa CDI, que é a taxa base para o cálculo dos juros sobre os mútuos tomados junto a controladora. O resultado financeiro também aumentou 3,8% em relação ao 2T14, devido ao aumento das despesas financeiras.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro de R\$ 3,9 milhões, R\$ 5,8 milhões menor em relação ao 3T13 e R\$ 1,9 milhões maior em relação ao 2T14.

Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S/A encerrou o terceiro trimestre com um endividamento de R\$ 818,8 milhões contra R\$ 790,2 milhões no trimestre anterior. O aumento refere-se a novas captações de recursos junto ao BNDES.
- O endividamento bruto e líquido do 3T14 foi, respectivamente, de R\$ 818,8 e R\$ 788,2 milhões e no 2T14 foi de R\$ 790,2 e R\$ 669,8 milhões.

Investimentos

- No terceiro trimestre de 2014, foram investidos R\$ 138,7 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:
 - a) execução de obras de melhoramentos, sendo estas:
 - duplicação da Serra do Cafezal;
 - 9 dispositivos de interseção;
 - 55 km de ruas laterais;
 - 8 trevos em desnível.
 - b) execução de obras de recuperação de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, obras de artes especiais, elementos de proteção e segurança, terraplenos e estruturas de contenção.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
Autopista Régis Bittencourt S.A.	37.177	35.697	38.214	4,1%	-2,7%	109.707	111.236	-1,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	192.099	193.633	123.791	-0,8%	55,2%	532.522	382.364	39,3%
Receitas de pedágio	66.959	64.273	68.807	4,2%	-2,7%	197.554	200.246	-1,3%
Receitas de obras	124.990	127.894	54.953	-2,3%	127,4%	333.240	180.951	84,2%
Outras Receitas	150	1.466	31	-89,8%	383,9%	1.728	1.167	48,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.852)	(5.752)	(6.007)	1,7%	-2,6%	(17.367)	(17.468)	-0,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	186.247	187.881	117.784	-0,9%	58,1%	515.155	364.896	41,2%
CUSTOS E DESPESAS	(155.345)	(160.858)	(82.420)	-3,4%	88,5%	(426.811)	(268.727)	58,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(22.240)	(22.018)	(20.310)	1,0%	9,5%	(67.346)	(62.479)	7,8%
Custo dos serv. de construção	(124.990)	(127.894)	(54.953)	-2,3%	127,4%	(333.240)	(180.951)	84,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.415)	(8.215)	(4.578)	-34,1%	18,3%	(18.413)	(13.271)	38,7%
Remuneração da administração	(412)	(555)	(221)	-25,8%	86,4%	(1.206)	(719)	67,7%
Despesas tributárias	(65)	(117)	(74)	-44,4%	-12,2%	(302)	(195)	54,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(2.223)	(2.059)	(2.284)	8,0%	-2,7%	(6.304)	(11.112)	-43,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	30.902	27.023	35.364	14,4%	-12,6%	88.344	96.169	-8,1%
Margem EBITDA	16,1%	14,0%	28,6%			16,6%	25,2%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(11.219)	(10.719)	(9.403)	4,7%	19,3%	(32.335)	(26.596)	21,6%
Depreciação de imobilizado	(103)	(90)	(109)	14,4%	-5,5%	(292)	(280)	4,3%
Amortização do intangível	(10.231)	(9.744)	(8.304)	5,0%	23,2%	(29.388)	(23.345)	25,9%
Amortização do diferido	(885)	(885)	(990)	0,0%	-10,6%	(2.655)	(2.971)	-10,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(13.779)	(13.277)	(11.315)	3,8%	21,8%	(39.860)	(32.323)	23,3%
Receitas financeiras	2.655	906	1.680	193,0%	58,0%	4.849	3.611	34,3%
Despesas financeiras	(16.434)	(14.183)	(12.995)	15,9%	26,5%	(44.709)	(35.934)	24,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	5.904	3.027	14.646	95,0%	-59,7%	16.149	37.250	-56,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.049)	(1.035)	(4.947)	98,0%	-58,6%	(5.544)	(12.653)	-56,2%
Corrente	-	-	-	-	-	-	3	-
Diferido	(2.049)	(1.035)	(4.947)	98,0%	-58,6%	(5.544)	(12.656)	-56,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.855	1.992	9.699	93,5%	-60,3%	10.605	24.597	-56,9%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
EBITDA ¹	30.902	27.023	35.364	14,4%	-12,6%	88.344	96.169	-8,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	2.223	2.059	2.284	8,0%	-2,7%	6.304	11.112	-43,3%
EBITDA Ajustado ²	33.125	29.082	37.648	13,9%	-12,0%	94.648	107.281	-11,8%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. A partir de 30 de setembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$155.363 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$1.002.301 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$548.412 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	7.033	474
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>6.765</u>	<u>458</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>268</u>	<u>16</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	2.219	8.778
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>2.065</u>	<u>7.982</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>154</u>	<u>796</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	60.973	47.254
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>49.375</u>	<u>41.549</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>11.598</u>	<u>5.705</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.626	1.816
Aplicações financeiras (*)	<u>29.017</u>	<u>40.438</u>
Total	<u>30.643</u>	<u>42.254</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,60% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.971	13.403
Cupons de pedágio a receber	993	968
Cartões de pedágio a receber	<u>396</u>	<u>217</u>
Total	<u>16.360</u>	<u>14.588</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	42.451	9.678
Provisão de participação nos lucros	1.191	2.507
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	3.093	1.417
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	49.375	41.549
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(298.798)	(241.142)
Ajuste dos encargos financeiros	1.586	1.197
Estorno de capitalização de juros	<u>31</u>	<u>28</u>
Base de cálculo	<u>(201.071)</u>	<u>(184.766)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(68.364)</u>	<u>(62.820)</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Passivo não circulante

2015 (após setembro)	(3.097)
2016	(2.757)
2017	(2.869)
2018	(2.987)
Após 2019	<u>(56.654)</u>
	<u>(68.364)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente

Notas Explicativas

do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo é de R\$27.566 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$16.196, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100,60% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2013	834	642	217	8.161	1.402	-	11.256
Adições	26	99	-	193	630	39	987
Transferências / Reclassificações (a)	-	7	-	(8.158)	-	(7)	(8.158)
Alienações / baixas	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo em 30.09.2014	<u>860</u>	<u>748</u>	<u>217</u>	<u>196</u>	<u>2.031</u>	<u>32</u>	<u>4.084</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(314)	(461)	(153)	(712)	(406)	-	(2.046)
Depreciações	(64)	(60)	(22)	(38)	(122)	-	(306)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	729	-	-	729
Saldo em 30.09.2014	<u>(378)</u>	<u>(521)</u>	<u>(175)</u>	<u>(21)</u>	<u>(528)</u>	-	<u>(1.623)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	520	181	64	7.449	996	-	9.210
Saldo em 30.09.2014	482	227	42	175	1.503	32	2.461
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	4%	10%	-	-

(a) Refere-se a transferência de imobilizado para intangível devido a desapropriação de imóvel de terceiro onde se localiza a sede administrativa, passando o local a ser de domínio do poder concedente, como sendo parte da faixa de domínio.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores (b)</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	1.090.056	1.128	221.156	840	1.313.180
Adições	81.080	379	243.666	10.000	335.125
Transferências/Reclassificações	61.674	-	(42.676)	(10.840)	8.158
Alienações/baixas	(39)	-	(780)	-	(819)
Saldo em 30.09.2014	1.232.771	1.507	421.366	-	1.655.644
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(86.878)	(554)	-	-	(87.432)
Amortizações	(29.219)	(159)	-	-	(29.378)
Transferências/Reclassificações	(729)	-	-	-	(729)
Saldo em 30.09.2014	(116.826)	(713)	-	-	(117.539)
<u>Intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	1.003.178	574	221.156	840	1.225.748
Saldo em 30.09.2014	1.115.945	794	421.366	-	1.538.105
Taxas anuais de amortização - %	3,6%	20%	-	-	-

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) No primeiro trimestre de 2014 foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 10.000, para deslocamento de máquinas e equipamentos para o local de início das obras de construções de três túneis e cinco elevados na duplicação da Serra do Cafezal.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	<u>(124)</u>	<u>(124)</u>
	35.338	35.338
Amortização acumulada	<u>(19.815)</u>	<u>(17.164)</u>
	<u>15.523</u>	<u>18.174</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES)			
(a)	TJLP + 2,21 a.a.	62.574	37.229
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	<u>14</u>	<u>144</u>
		62.588	37.373
	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES)			
(a)	TJLP + 2,21% a.a.	<u>756.219</u>	<u>591.986</u>
		756.219	591.986

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2015 (após setembro)	15.768
2016	65.895
2017	70.655
2018	75.759
Após 2019	<u>528.142</u>
	<u>756.219</u>

Em 30 de setembro de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.09.2014 circulante</u>	<u>31.12.2013 Não circulante</u>
1ª emissão					
(a)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	44.006	40.389

(a) 1ª emissão de debêntures de 3.940 com valor real unitário em 10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão	04.10.13	39.400	08.10.13	39.415

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de R\$30.499 (R\$27.013 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovia Ltda. (d)	-	599
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	-	253
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (d)	5	-
Autopista Fluminense S.A. (a)	-	1
Autopista Fernão Dias S.A. (a)	-	1
Autopista Litoral Sul S.A. (a)	-	1
Total	<u>5</u>	<u>855</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	13.269	9.908
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	481	892
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.513	8.566
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	-	338
	<u>1.994</u>	<u>9.796</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	7.675
Total	<u>15.263</u>	<u>27.379</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	144.432	127.471
Total	<u>144.432</u>	<u>127.471</u>

Notas ExplicativasPeríodo de Nove Meses

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>			<u>30.09.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) e (e)	-	12.144	3.034	-	8.190	603
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (a)	-	-	-	-	-	7
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	192	-	82	189	-	662
Total	<u>192</u>	<u>12.144</u>	<u>3.116</u>	<u>189</u>	<u>8.190</u>	<u>1.272</u>

Trimestre

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>			<u>30.09.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) e (e)	-	4.587	1.570	-	3.143	-
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (a)	-	-	-	-	-	1
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>54</u>	-	<u>82</u>	<u>41</u>	-	<u>90</u>
Total	<u>54</u>	<u>4.587</u>	<u>1.652</u>	<u>41</u>	<u>3.143</u>	<u>91</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros, a partir de

Notas Explicativas

dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2014	31.12.2013
29/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	4.000	2.818	2.352
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	4.904	4.091
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	17.000	11.709	9.746
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	4.783	3.978
27/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	22.000	14.765	12.252
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	4.666	3.868
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	24.000	15.814	13.092
07/07/2014	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>10.000</u>	<u>242</u>	-
			<u>98.000</u>	<u>59.701</u>	<u>49.379</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.206 (R\$719 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.641 e R\$2.507.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos

Notas Explicativas

respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	1.169	5.424	(523)	(3.756)	2.314
Trabalhistas	<u>248</u>	<u>739</u>	<u>(208)</u>	-	<u>779</u>
Total	<u>1.417</u>	<u>6.163</u>	<u>(731)</u>	<u>(3.756)</u>	<u>3.093</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$555 e R\$ 0, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$625 e R\$119 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$ 4.257 referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização. Em agosto de 2014 a Sociedade efetuou pagamento de parte destes autos de infração com desconto no montante de R\$3.480, restando provisão de R\$860 em 30 de setembro de 2014.

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$ 630 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$ 608, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	458	41.549	7.982
Adições	-	6.304	-
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.522	390
Transferências	<u>6.307</u>	-	<u>(6.307)</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>6.765</u>	<u>49.375</u>	<u>2.065</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 30 de Setembro de 2014, o saldo de R\$ 2.632 (R\$ 3.551 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações recebidas do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2014 é de R\$268.785 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$197.110. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014, estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	Quantidade de ações <u>subscritas</u>	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>Participação -</u> <u>%</u>
Arteris S.A	172.145.172	172.145.172	100,00

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 8.244.023 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2014, a Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$7.675, integralizados mediante com o saldo dos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2013.

Em 09 de maio de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 8.343.763 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de maio de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 4.282.048 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de junho de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$ 10.000, mediante a emissão de 4.083.299 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de setembro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$ 4.000, mediante a emissão de 1.628.664 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	66.959	197.554	68.807	200.246
Receita de serviços de construção	124.990	333.240	54.953	180.951
Outras receitas	<u>150</u>	<u>1.728</u>	<u>31</u>	<u>1.167</u>
	<u>192.099</u>	<u>532.522</u>	<u>123.791</u>	<u>382.364</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	192.099	532.522	123.791	382.364
ISSQN	(3.304)	(9.760)	(3.392)	(9.871)
PIS	(438)	(1.313)	(448)	(1.321)
COFINS	(2.020)	(6.058)	(2.067)	(6.096)
Outras deduções	<u>(90)</u>	<u>(236)</u>	<u>(100)</u>	<u>(180)</u>
Receita líquida	<u>186.247</u>	<u>515.155</u>	<u>117.784</u>	<u>364.896</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	(124.990)	(333.240)	(54.953)	(180.951)
Com pessoal	(3.991)	(12.963)	(4.567)	(13.229)
Serviços de terceiros	(11.172)	(32.498)	(9.406)	(29.238)
Depreciação / amortização	(11.116)	(32.043)	(9.294)	(26.316)
Seguros / garantias	(1.146)	(3.554)	(992)	(2.801)
Conservação	(75)	(145)	(61)	(194)
Provisão de manutenção em rodovias	(2.223)	(6.304)	(2.284)	(11.111)
Taxa fiscalização	(2.988)	(8.962)	(2.824)	(8.477)
Outros	<u>(2.868)</u>	<u>(9.224)</u>	<u>(2.460)</u>	<u>(8.542)</u>
Total	<u>(160.569)</u>	<u>(438.933)</u>	<u>(86.841)</u>	<u>(280.859)</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				

Notas Explicativas

Com pessoal	(2.473)	(7.553)	(2.540)	(7.525)
Serviços de terceiros	(1.896)	(4.206)	(1.337)	(3.864)
Depreciação / amortização	(103)	(292)	(109)	(279)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(372)	(5.432)	(290)	(567)
Seguros / garantias	(4)	(11)	(3)	(10)
Consumo	(189)	(463)	(141)	(387)
Outros	(481)	(748)	(341)	(1.114)
Total	<u>(5.518)</u>	<u>(18.705)</u>	<u>(4.761)</u>	<u>(13.746)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
Receitas financeiras:	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Aplicações financeiras	2.581	4.605	1.593	3.448
Outras receitas	<u>74</u>	<u>244</u>	<u>87</u>	<u>163</u>
Total receitas	<u>2.655</u>	<u>4.849</u>	<u>1.680</u>	<u>3.611</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
Despesas financeiras:	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Encargos financeiros	(15.601)	(42.562)	(12.308)	(34.164)
Ajuste a valor presente	(738)	(1.911)	(479)	(1.465)
Outras despesas	<u>(95)</u>	<u>(236)</u>	<u>(208)</u>	<u>(305)</u>
Total despesas	<u>(16.434)</u>	<u>(44.709)</u>	<u>(12.995)</u>	<u>(35.934)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	6.944	(5.446)
Integralização de capital	7.675	11.342
Juros capitalizados	9.684	6.099

Notas Explicativas**23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.904	16.149	14.646	37.249
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(2.007)	(5.491)	(4.980)	(12.665)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(42)	(53)	33	12
Despesa contabilizada	<u>(2.049)</u>	<u>(5.544)</u>	<u>(4.947)</u>	<u>(12.653)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	-	3
Diferidos	(2.049)	(5.544)	(4.947)	(12.656)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

24. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro do período	3.855	10.605	9.699	24.596
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>165.826.257</u>	<u>158.655.698</u>	<u>138.326.717</u>	<u>126.528.631</u>
Lucro por ação	<u>0,00002</u>	<u>0,00007</u>	<u>0,000047</u>	<u>0,00019</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	42.254
Contas a receber	16.360	14.588
Aplicações financeiras	27.566	16.196
Partes relacionadas	5	855
Outras contas a receber	156	114

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	48.709	36.296
Empréstimos e financiamentos	818.807	629.359
Debêntures	44.006	40.389
Partes relacionadas	159.695	154.850
Verba de fiscalização	996	947
Outras contas a pagar	107	229

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(17.738)	(22.167)	(13.306)	(26.595)
Receita de aplicações Financeiras	5.432	6.790	4.074	8.148
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A incorrer(*)	(42.738)	(53.420)	(32.055)	(64.101)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(55.044)</u>	<u>(68.797)</u>	<u>(41.287)</u>	<u>(82.548)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$14.971 e R\$13.403, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi

Notas Explicativas

elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u> (após setembro)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	8,49	-	47.815	-	-	-	47.815
BNDES	8,32	56.069	115.709	115.709	115.710	755.589	1.158.786
Finame	8,47	14	-	-	-	-	14
Total		<u>56.083</u>	<u>163.524</u>	<u>115.709</u>	<u>115.710</u>	<u>755.589</u>	<u>1.206.615</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	139.839
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade celebrou, "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, a Sociedade, realizara o montante equivalente à R\$29,0 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto.

A Sociedade tem 60 dias para definir junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, assim que definidos, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Registro, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2014.

Registro, 05 de Novembro de 2014.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Registro, 05 de Novembro de 2014.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente